



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

LEI Nº 762, DE 12 DE ABRIL DE 2022

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DO DESPERDÍCIO DE ÁGUA POTÁVEL DISTRIBUÍDA PARA USO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprova, e eu, Rosemiro de Paiva Muniz, Prefeito do Município de São João da Mata, Minas Gerais, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Em caso de risco de desabastecimento total ou parcial de água no Município de São João da Mata, poderá ser decretado Estado de Emergência de Desabastecimento, ficando o Poder Público autorizado a determinar fiscalização em todo o município, por meio de agentes públicos, com o objetivo de constatar ocorrência de desperdício de água distribuída, bem como restringir a utilização exagerada da água.

Parágrafo único. A situação de Estado de Emergência de Desabastecimento será caracterizada por decreto municipal devidamente publicado, seguido de ampla divulgação à população sobre os motivos que ensejaram tal medida.

Art. 2º - Constitui desperdício de água para fins desta Lei:

I - regar jardins, lavar calçadas, ruas e veículos utilizando mangueira ou outro utensílio que permita o escoamento contínuo de água;

II - deixar água tratada correndo continuamente pela rua;

Parágrafo único. Excluí-se da aplicação desta lei a lavagem de veículos em lava-carros, que deverão possuir sistema visando a redução do consumo de água ou a reutilização desta, a ser verificado quando do seu licenciamento.

Art. 3º - As infrações às normas de controle do desperdício de água potável ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

I - advertência;

II - multa.

§ 1º Ao verificar o uso inadequado ou o desperdício da água distribuída para consumo humano, ficará o atuado sujeito, após regular processo administrativo, a pena de advertência.

§ 2º Constatada pela fiscalização a reincidência ficará o atuado sujeito, após regular processo administrativo, a pena de multa no valor de 10 (dez) Unidade Fiscal do Município.

§ 3º Ocorrendo a repetição da prática infrativa e após constatada a reincidência do infrator, as multas deverão ser acrescidas de 10 (dez) Unidade Fiscal do Município a cada nova autuação.

§ 4º Na advertência o infrator receberá fundamentos de educação ambiental a serem emitidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 5º As sanções previstas neste artigo serão deliberadas e aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente mediante auto de infração lavrado pelos agentes de fiscalização e respectivo processo administrativo.

Art. 4º - A cópia do auto de infração recebida pelo atuado constituirá notificação, assim considerada como termo inicial para efeito de contagem de prazo de defesa.

§ 1º Caso o fiscal não consiga notificar por escrito o infrator, este deverá ser comunicado, por correspondência com AR - Aviso de Recebimento.

§ 2º O atuado poderá impugnar o auto de infração lavrado, bem como, apresentar ampla defesa perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à formalização da notificação prevista neste artigo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº 17.935.206/0001-06

§ 3º A decisão administrativa proferida por Comissão Permanente previamente instituída conterá relatório dos fatos, a defesa do autuado, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória, a natureza e gradação da pena.

Art. 5º - Verificando-se o desperdício de água em próprios municipais, imediatamente deverá ser comunicado à Secretaria competente para que tome as providências cabíveis e apure responsabilidades.

Art. 6º - Os critérios de reutilização da água serão estabelecidos por Deliberação da Secretaria respectiva ou Conselho competente, ou ainda por decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 7º - O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei por decreto.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

São João da Mata, 12 de abril de 2022.

Rosemiro de Paiva Muniz
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 060.947.326-17

ROSEMIRO DE PAIVA MUNIZ

Prefeito Municipal

